

Dinamismo de Emprego e Renda na Amazônia Legal: Setor Público

OUTUBRO 2021
Nº 13

Esta é a segunda de uma série de quatro notas que reportam os resultados do estudo Dinamismo de Emprego e Renda na Amazônia Legal, desenvolvido no âmbito do projeto Amazônia 2030 (AMZ 2030). O estudo aprofunda a discussão sobre a vitalidade econômica da Amazônia Legal com base na identificação das ocupações e dos setores que mais têm contribuído para a geração de emprego e renda na região no período recente (2012-2019). O trabalho utiliza os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD-Contínua) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e dá continuidade à pesquisa sobre a dinâmica do Mercado de Trabalho na Amazônia Legal, que iniciou a série de publicações do AMZ 2030. Nesta nota, apresentamos os resultados do estudo referentes às ocupações associadas ao setor público na região amazônica. A opção por esse recorte tem como objetivo retratar a importância do setor público como fonte do dinamismo econômico para a Amazônia Legal, tendo em vista que atividades relacionadas ao setor privado têm falhado em gerar empregos na região.¹

O estudo da evolução do emprego do setor público na Amazônia Legal é revelador. Destacamos três resultados principais. Primeiro, o número de pessoas empregadas nas principais ocupações relacionadas ao setor público cresceu 21,6% entre 2012 e 2019, o que representa quatro vezes a expansão total do emprego na região, com ganhos salariais também muito superiores ao restante da economia. Segundo, as categorias formadas por profissionais de saúde, educação e segurança foram as que registraram maior crescimento do emprego na região. Terceiro, há importante variação de resultados entre os estados, principalmente em relação ao comportamento dos salários dos servidores. Esses resultados apontam que o setor público está aumentando sua presença na Amazônia Legal, com efeitos potencialmente relevantes sobre a capacidade de o Estado sustentar tal dinâmica de emprego. Cabe interrogar-se sobre a

¹ Ver: Gonzaga, Gustavo, Francisco Cavalcanti e Flávia Alfenas. Dinamismo de Emprego e Renda na Amazônia Legal: Agropecuária. Amazônia 2030, 2021. bit.ly/3EE5l8y e Alfenas, Flávia, Francisco Cavalcanti e Gustavo Gonzaga. Mercado de trabalho na Amazônia Legal: Uma análise comparativa com o resto do Brasil. Amazônia 2030, 2021. bit.ly/3l3ANpF.

viabilidade do financiamento de tal dinamismo do emprego público na região nas próximas décadas.

A Tabela 1 apresenta uma caracterização do crescimento do emprego em ocupações associadas ao setor público, com uma série de informações desagregadas como rendimentos, número de pessoas ocupadas, grau de formalização, entre outras, para os três grupos de ocupações que mais possuem vínculos com o setor público na região: saúde, ensino e segurança.²

Esses três grupos de ocupações associadas ao setor público cresceram relativamente bem mais do que o emprego total na região no mesmo período. Entre 2012 e 2019, o crescimento relativo do emprego nessas ocupações foi de 21,6% na Amazônia Legal, já o crescimento no emprego total na região no mesmo período foi de 5,3%. Pode-se observar também que essas ocupações figuraram entre aquelas que mais empregaram na Amazônia Legal: foram cerca de 970 mil pessoas (9,1% do total de 10,6 milhões de pessoas ocupadas na região).

A Tabela 1 revela ainda como as características do emprego dos trabalhadores desses três grupos do setor público na região são diferenciadas. A renda média desses trabalhadores cresceu 12,3% de 2012 a 2019, sendo que eles recebiam, em média, R\$ 3.483 no último ano desse período, mais do que o dobro do rendimento médio na região (R\$ 1.692). A taxa de formalização nas ocupações de saúde, educação e segurança, dada a sua forte representatividade em cargos públicos, também é bastante superior àquela observada na Amazônia Legal como um todo, com apenas 27,5% dos trabalhadores na informalidade, cerca de 32 pontos percentuais abaixo da alta taxa de informalidade da região, que é de 59,4%.

² Como é possível observar na Tabela 1, 78,2% das pessoas ocupadas nessas três categorias em 2019 estavam empregadas no setor público. Profissionais da saúde representam ocupações como médicos, paramédicos, enfermeiros, parteiros, veterinários, dentistas, farmacêuticos, fisioterapeutas, nutricionistas, optometristas, e outros profissionais da saúde, da higiene laboral e ambiental. Profissionais da educação englobam ocupações como professores de ensino superior, ensino médio, fundamental, pré-escolar, além de especialistas em métodos pedagógicos e educadores para necessidades especiais, idiomas, música e artes. As ocupações relacionadas à segurança são policiais, bombeiros e trabalhadores das Forças Armadas.

Tabela 1. Caracterização do emprego em ocupações associadas ao setor público, Amazônia Legal, 2012-2019

	Variação 2012-2019			2019			
	Emp. total	Emp. (%)	Rendi. (%)	Emp. Total	Rendi. (R\$)	Formal (%)	Privado (%)
Total	537.822	5,3	3,4	10.632.195	1.692	40,6	84,2
Total de ocupações associadas ao setor público	172.287	21,6	12,3	970.212	3.483	72,5	21,8
Ocupações associadas ao setor público							
Profissionais da saúde	100.787	40,7	-2,6	348.642	3.327	72,9	31,5
Profissionais do ensino	39.679	8,3	14,3	519.988	3.206	67,7	19,6
Policiais, bombeiros e Forças Armadas	31.821	45,6	34,5	101.582	5.433	100,0	0,0

Fonte: Amazônia 2030 com base nos dados de PNAD Contínua Trimestral do IBGE

A Tabela 1 também mostra que policiais, bombeiros e integrantes das Forças Armadas formavam a categoria com maior crescimento do emprego e da renda: 45,6%, e 34,5%, respectivamente, entre 2012 e 2019. Eles compunham, igualmente, a categoria com maior rendimento, recebendo em média R\$ 5.433 em 2019. Esses trabalhadores possuíam também a maior taxa de formalização, já que a totalidade desses trabalhadores estavam empregados no setor público. Os profissionais de saúde apresentaram o segundo maior crescimento do emprego, com um aumento de 40,7% entre 2012 e 2019. A variação do rendimento para essa categoria, contudo, foi negativa, registrando queda de 2,6% no mesmo período. As rendas médias dos profissionais da saúde (R\$ 3.327) e dos profissionais do ensino (R\$ 3.206) correspondiam a cerca de 60% daquela observada para policiais, bombeiros e integrantes das Forças Armadas em 2019. A taxa de formalização desses dois grupos de ocupação também era inferior à categoria ligada à segurança. Ao todo, 27,1% dos profissionais da saúde estavam empregados no mercado informal. Entre os profissionais do ensino, esse percentual era ainda mais expressivo: 32,3% das quase 520 mil pessoas ocupadas na categoria atuavam na informalidade em 2019.

O estudo analisou os dados por ocupação associada ao setor público para todas as oito unidades da federação que integram a Amazônia Legal. Os resultados desagregados para cada estado estão disponíveis na Tabela 2.

Ao destrincharmos o dinamismo econômico das ocupações por estado, constata-se que o padrão encontrado para a região como um todo é comum para cada unidade federativa. Isto significa que policiais, bombeiros e membros das Forças Armadas foram a categoria com maior crescimento do emprego e da renda entre 2012 e 2019 em todos os estados da Amazônia Legal. As exceções foram os estados do Amazonas, onde o crescimento do emprego para os profissionais da saúde e da educação superou o avanço do emprego para os trabalhadores da categoria de segurança, e o estado do Pará, onde o crescimento do emprego para profissionais da saúde superou o crescimento observado para policiais, bombeiros e integrantes das Forças Armadas. Em Rondônia, chama a atenção o elevado crescimento relativo do emprego para a categoria de segurança, que foi de 250,8% entre 2012 e 2019. Outro padrão da região amazônica que se repete para cada um dos estados que a compõe é o maior rendimento médio dessa categoria relativamente às ocupações de saúde e ensino.

Tabela 2. Caracterização do emprego em ocupações associadas ao setor público, por estado, Amazônia Legal, 2012-2019

	Variação 2012-2019			2019			
	Emp. total	Emp. (%)	Rendi. (%)	Emp. Total	Rendi. (R\$)	Formal (%)	Privado (%)
Acre							
Profissionais da saúde	2.178	23,1	-17,3	11.604	3.528	81,3	24,6
Profissionais do ensino	1.949	11,5	-9,8	18.888	3.235	71,4	10,9
Policiais, bombeiros e Forças Armadas	996	33,6	38,7	3.965	5.921	100,0	0,0
Amazonas							
Profissionais da saúde	26.299	68,2	-22,5	64.883	3.610	63,4	36,1
Profissionais do ensino	18.777	31,7	-7,8	78.098	3.042	67,3	23,9
Policiais, bombeiros e Forças Armadas	1.959	8,3	20,3	25.437	5.463	100,0	0,0
Amapá							
Profissionais da saúde	3.987	48,3	0,5	12.234	3.211	74,0	22,9
Profissionais do ensino	-1.385	-6,6	1,0	19.727	4.490	85,2	16,2
Policiais, bombeiros e Forças Armadas	2.243	70,9	37,4	5.404	7.022	100,0	0,0
Mato Grosso							
Profissionais da saúde	13.148	34,2	-28,3	51.645	3.564	75,1	44,7
Profissionais do ensino	3.312	5,7	7,2	61.462	3.914	65,0	22,9
Policiais, bombeiros e Forças Armadas	3.263	53,0	72,7	9.415	7.446	100,0	0,0

Pará							
Profissionais da saúde	34.331	52,0	25,5	100.321	3.770	72,5	35,2
Profissionais do ensino	7.215	4,9	24,5	154.815	3.474	61,1	26,6
Policiais, bombeiros e Forças Armadas	8.543	37,8	46,3	31.169	5.543	100,0	0,0
Rondônia							
Profissionais da saúde	5.464	29,8	8,7	23.778	3.574	88,6	31,9
Profissionais do ensino	3.237	11,8	19,7	30.670	3.772	91,2	15,8
Policiais, bombeiros e Forças Armadas	7.739	250,8	22,6	10.825	4.381	100,0	0,0
Roraima							
Profissionais da saúde	2.027	32,4	25,4	8.290	5.339	74,2	24,8
Profissionais do ensino	274	2,3	19,0	12.106	4.883	79,8	14,4
Policiais, bombeiros e Forças Armadas	2.791	65,0	45,4	7.082	5.359	100,0	0,0
Tocantins							
Profissionais da saúde	7.603	38,5	-4,8	27.339	3.698	74,6	20,1
Profissionais do ensino	4.814	15,6	9,8	35.607	3.572	71,7	11,0
Policiais, bombeiros e Forças Armadas	1.308	55,4	13,9	3.670	8.041	100,0	0,0

Fonte: Amazônia 2030 com base nos dados de PNAD Contínua Trimestral do IBGE

Autores

Gustavo Gonzaga

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)

gonzaga@econ.puc-rio.br

Francisco Cavalcanti

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)

Flávia Alfenas

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)

Este trabalho é financiado por Instituto Clima e Sociedade (iCS).

O trabalho se beneficiou de comentários e sugestões de Beto Veríssimo, Juliano Assunção, Paulo Barreto, Alexandre Mansur e demais participantes das reuniões virtuais do projeto Amazônia 2030, a quem agradecemos. Os dados e opiniões expressas neste trabalho são de responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a opinião dos financiadores deste estudo.

Citação sugerida

Gonzaga, Gustavo, Francisco Cavalcanti e Flávia Alfenas. Dinamismo de Emprego e Renda na Amazônia Legal: Setor Público. Amazônia 2030, 2021.

Sobre o Amazônia 2030

O projeto **Amazônia 2030** é uma iniciativa de pesquisadores brasileiros para desenvolver um plano de desenvolvimento sustentável para a Amazônia brasileira. Nosso objetivo é que a região tenha condições de alcançar um patamar maior de desenvolvimento econômico e humano e atingir o uso sustentável dos recursos naturais em 2030.

Assessoria de Imprensa

O Mundo que Queremos

amazonia2030@omundoquequeremos.com.br

Contato

contato@amazonia2030.org.br

